

## Senado investiga remessa ilegal de recursos ao exterior

CPI dos Bancos convoca para depor o procurador da República que descobriu utilização de “laranjas” para o envio de dinheiro proveniente de operações ilícitas, como tráfico de drogas e contrabando

### CPI DO JUDICIÁRIO

#### DEPOIMENTOS DE HOJE

17h — Antonio Carlos da Gama e Silva e Gilberto Morand Paixão, engenheiros do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo  
Local: Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

O jornalista José Eduardo Homem de Carvalho (E) depôs ontem e disse ser testemunha do pagamento por vagas de juízes classistas, nomeações de parentes e vendas de votos e sentenças no TRT-RJ



A Comissão Parlamentar de Inquérito do Sistema Financeiro aprovou ontem a convocação para prestar depoimento do procurador da República Celso Antônio Três. Ele é o autor da investigação sobre fraudes na remessa de dinheiro para o exterior, através das chamadas contas CC-5. O esquema envolveria a utilização de pessoas simples como pescadores e jornalistas para servirem de “laranjas”, permitindo o envio, em dois anos, de cerca de R\$ 5 bilhões em dinheiro obtido com atividades clandestinas, como tráfico de drogas e contrabando. O procurador também acha que parte do dinheiro é oriunda do chamado “caixa 2” de várias empresas.

PÁGINA 3

## Procurador e jornalista denunciam ameaças

Responsáveis por denúncias contra o Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro, dando conta de diversas irregularidades (vendas de votos e sentenças, nepotismo, fraudes em licitações), o procurador Daniel Antonio de Moraes Sarmiento e o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho informaram ontem, em depoimentos à CPI do Judiciário, que passaram a sofrer ameaças de morte após começarem a investigar o caso. Eles acreditam que as ameaças partem de pessoas ligadas ao juiz José Maria de Mello Porto.

PÁGINAS 4 E 5



*O principal problema no financiamento das microempresas é o desinteresse dos agentes financeiros por causa da baixa rentabilidade dos negócios. A afirmação é do presidente do BNDES, Pio Borges, que compareceu ontem à Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) para participar de uma audiência pública.*

PÁGINA 2

**ACM:  
Bolsonaro  
merece a  
cassação**

PÁGINA 5

**Suplicy quer  
ter acesso  
às compras  
do governo**

PÁGINA 6

# Pio Borges explica por que falta crédito às micro

Presidente do BNDES diz na Comissão de Assuntos Econômicos que baixa rentabilidade desestimula empréstimos a pequenos empresários

Atendendo a requerimento de convocação formulado pelos senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF) e Eduardo Suplicy (PT-SP), o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), José Pio Borges, compareceu ontem à Comissão de Assuntos Econômicos, para responder ao questionamento dos senadores sobre crédito às micro e pequenas empresas, distribuição regional de investimentos, programa de ajuda a empresas brasileiras endividadas em dólares e a participação do banco nas privatizações.

Pio Borges explicou que, desde 1997, existe um Fundo de Aval para garantir os riscos dos agentes financeiros que emprestam para micro, pequenas e médias empresas, através do BNDES Automático. Borges revelou que, dos 170

agentes, 160 não querem operar com pequenas empresas devido às dificuldades e pouca rentabilidade.

Pio Borges apresentou uma série de sugestões para desburocratizar o Fundo de Aval e eliminar a exigência de garantias reais nos empréstimos às pequenas empresas e trocá-las por garantias pessoais até o limite de R\$ 500 mil.

O senador José Roberto Arruda pediu que Pio Borges envie as sugestões para a CAE e disse acreditar que podem ser transformadas em projeto de lei e ter tramitação em regime de urgência.

O senador Eduardo Suplicy pergun-



Pio Borges sugere medidas para desburocratizar

tu se o BNDES havia modificado os critérios de definição do que é micro, pequena e média empresa, pois os dados que recebeu do banco estavam conflitantes. Segundo o senador, dados enviados a ele pelo BNDES apontavam um decréscimo no volume de recursos destinados às micro e pequenas empresas.

“Em 1995 eram 12% do volume total de recursos disponíveis. Em 1998, caíram para 2%, mas agora o senhor me diz que foram de 34% em 98”, estranhou o senador. Pio Borges explicou que houve mudança no critério de média empresa, daí o crescimento do percentual de 2% para 34%.

## CCJ analisa hoje a legalidade dos precatórios

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) analisa hoje à tarde, em reunião após a Ordem do Dia, o projeto de resolução que trata do refinanciamento de títulos emitidos por estados, Distrito Federal e municípios para pagamento de precatórios. A proposta, de autoria do senador José Agripino (PFL-RN), também presidente da comissão, modifica a resolução que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

De acordo com substitutivo à proposta, apresentado pelo relator da matéria na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Francelino Pereira (PFL-MG), poderiam ser refinanciados em até 120 parcelas os títulos emitidos após 13 de dezembro de 1995 para pagamento de precatórios judiciais. Na CAE, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou voto em separado propondo a nulidade dos títulos públicos emitidos após essa data. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA) propôs o envio da matéria à CCJ para que a comissão se pronuncie sobre os aspectos jurídicos que envolvem a discussão.

## Subcomissão pode acompanhar obras

A Comissão Mista de Orçamento reúne-se hoje para analisar, entre outras matérias, requerimento do deputado Giovanni Queiroz (PDT-PA) solicitando que uma subcomissão analise a liberação de recursos para o Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. A subcomissão já está encarregada de avaliar a liberação de recursos para o TRT de Rondônia. O deputa-

do depôs em abril na CPI que apura irregularidades no Poder Judiciário, em virtude do seu trabalho de acompanhamento da liberação de verbas orçamentárias para a construção de obras públicas.

A Comissão de Orçamento examinará também a concessão de créditos suplementares, no valor de R\$ 95 milhões, para o Ministério da Política Fundiária.

## Educação examina recondução de reitor

Aqueles que exerciam a função de reitor, vice-reitor, diretor e vice-diretorem 21 dezembro de 1995 poderão vir a ser reconduzidos aos seus cargos. Proposta nesse sentido será examinada hoje, a partir das 11h30, pela Comissão de Educação (CE). Trata-se de projeto de lei do senador Romero Jucá (PSDB-RR), que revoga o artigo 2º da Lei nº 9.192/95, a

qual veda a recondução dos dirigentes universitários que ocupavam esses cargos até a data da publicação da lei.

Presidida pelo senador Freitas Neto (PFL-PI), a Comissão de Educação também examinará projeto relacionado com a proteção ao patrimônio fóssilífero (fósseis) nacional. O autor da iniciativa é o senador Lício Alcântara (PSDB-CE).

## CRE aprecia acordos internacionais

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprecia hoje o texto da Convenção nº 169, da Organização Internacional do Trabalho, sobre os povos indígenas e tribais em países independentes.

A pauta da CRE tem ainda outros 13 itens, entre eles, o acordo de cooperação para o uso pacífico da energia nu-

clear, celebrado entre os governos do Brasil e dos Estados Unidos. Os senadores da comissão também apreciarão projeto que aprova acordo sobre o estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova Iorque.

A CRE vota também a indicação de diplomatas para os cargos de embaixador do Brasil em Barbados e em Angola.



## AGENDA

TERÇA-FEIRA, 25 DE MAIO DE 1999

Antonio Carlos Magalhães  
Presidente

- ▶ 12h30 - Participa da solenidade de entrega da Ordem do Mérito Industrial. Sede da CNI - Ed. Roberto Simonsen
- ▶ 15h30 - Preside sessão deliberativa ordinária do Senado
- ▶ 17h - Participa da sessão solene de entrega da Grã-Cruz da Ordem do Congresso Nacional ao ministro Celso de Mello. *Supremo Tribunal Federal*

### PLENÁRIO

- ▶ 14h30 - Sessão deliberativa ordinária  
Pauta: \*PDL nº 1/97, que susta os efeitos da Nota Conjunt/Minfra nº 0024/92, referente aos garimpeiros de Serra Pelada; segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo à \*PEC nº 21/97, que altera, entre outros dispositivos, o art. 192, que trata do sistema financeiro nacional; \*Requerimento nº 228/99, do senador Romeu Tuma, solicitando a tramitação conjunta dos PLSs nºs 189 e 243, de 1999, que versam sobre crimes considerados hediondos; e \*Requerimento nº 229/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando a tramitação conjunta do PLC nº 44/96, com o PLS nº 245/99, por versarem sobre a veiculação de mensagens educativas de trânsito.

### COMISSÕES

- ▶ 11h30 - Comissão de Educação  
Pauta: \*PLS nº 245/96, que dispõe sobre a proteção ao Patrimônio Fóssilífero; \*PLS 43/99, revoga o art. 2º, da Lei nº 9.191/95, altera dispositivos da Lei nº 5.540/68, que regulamentam o processo de escolha dos dirigentes universitários; \*PLS nº 236/96, que dispõe sobre a Educação Profissional em Nível Nacional; \*PLS nº 111/99, que institui o Dia Nacional de Luta pela Reforma Agrária; \*PLS nº 22/99, que denomina "rodovia Governador Hélio Campos" trecho da BR-174; \*PLS nº 144/99, que dispõe sobre a veiculação de Programação Educativa para Crianças, por meio dos canais de radiodifusão de sons e imagens (televisão) e estabelece sanções pelo seu descumprimento; \*PRS nº 119/96, que denomina "Floresta Fernandes" a sala da Comissão de Assuntos Sociais; e os \*Projetos de Decretos Legislativos nºs 119/98, 114/98, 113/98, 111/98, 107/98, 105/98, 103/98, 120/98, 121/98, 130/98, 135/98, 136/98, 137/98, que tratam de renovação de concessão para emissoras de rádio e TV. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 15*

- ▶ 17h - CPI do Judiciário  
Oitivas: Engenheiros do TRT/SP, Antonio Carlos da Gama e Silva e Gilberto Morand Paixão. *Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2*

- ▶ 17h30 - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional  
Pauta: \*Mensagem nº 278/98, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Dinah Flusser, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil em Barbados; \*Mensagem nº 100/99, que submete à apreciação do Senado a escolha do nome de Jorge D'escagnolle Filho, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República de Angola; PDL nº 5/98, aprova texto do Tratado de Extradição celebrado entre o Brasil e a República da Coreia, em Brasília, em 1º de setembro de 1995, ressalvada a alínea "b" do item 6 de seu art. 2º; PDL nº 26/99, aprova o texto do Acordo sobre Cooperação Mútua para o Combate ao Tráfego de Aeronaves Envolvidas em Atividades Ilícitas Transnacionais, celebrado entre Brasil e Colômbia, em Cartagena de Índias, em 7 de novembro de 1997; \*PDL nº 27/99, aprova o texto do Acordo-Quadro sobre a Cooperação e nos Usos do Espaço Exterior para Fins Pacíficos, celebrado entre Brasil e França, em Paris, em 27 de novembro de 1997; \*PDL nº 37/99, aprova o texto do Acordo sobre a Operação, no Brasil, do Escritório Regional do Habitat para a América e o Caribe, celebrado entre o Brasil e o Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos (Habitat), em Brasília, em 10 de março de 1998; \*PDL nº 33/99, aprova o texto da Convenção Interamericana contra a Fabricação e o Tráfico Ilícito de Armas de Fogo, Munições, Explosivos e outros Materiais Correlatos, concluída em Washington, em 14 de novembro de 1997; \*PDL nº 34/99, aprova o texto do Acordo sobre o Exercício de Emprego por parte dos Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico, celebrado entre o Brasil e a República Tcheca, em Praga, em 13 de junho de 1997; \*PDL nº 34/93, aprova o texto da Convenção nº. 169 da Organização Internacional do Trabalho sobre os povos indígenas e tribais em países independentes; \*PDL nº 31/99, aprova o texto do Acordo sobre o Estabelecimento do Instituto Internacional de Vacinas, concluído em Nova Iorque, em 28 de outubro de 1996; \*PDL nº 46/99, aprova o texto do Acordo sobre Serviços Aéreos celebrado entre Brasil e Cuba, em Havana, em 27 de maio de 1998; \*PDL nº 32/99, aprova o texto da Resolução nº A12-5, com as Emendas ao Estatuto da CLAC, aprovadas pela XII Assembleia Ordinária, realizada na cidade do Panamá, concluída em 8 de novembro de 1996; \*PDL nº 40/99, aprova o texto do Acordo de Comércio e Cooperação Econômica, celebrado entre o Brasil e a República Eslovênia, em Liubliana, em 16 de junho de 1997; e \*PDL nº 45/99, aprova o texto do Acordo de Cooperação sobre os Usos Pacíficos da Energia Nuclear, celebrado entre Brasil e Estados Unidos, em Brasília, em 14 de outubro de 1997. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 7*

- ▶ Após Ordem do Dia - CPI do Sistema Financeiro  
Pauta: Reunião interna com a presença do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 13*

- ▶ Após Ordem do Dia - Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania  
Pauta: Reunião extraordinária para apreciação do \*Projeto de Resolução nº 6/99, que dispõe sobre as operações de crédito interno e externo dos estados, do Distrito Federal, dos municípios e de suas respectivas autarquias e fundações, inclusive concessão de garantias, seus limites e condições de autorização. *Ala Senador Alexandre Costa - Sala 3*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

### MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães  
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo  
2º Vice-Presidente: Ademar Andrade  
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima  
2º Secretário: Carlos Patrocínio  
3º Secretário: Nabor Júnior  
4º Secretário: Casildo Maldaner  
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho  
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia  
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva  
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-3211  
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070  
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336  
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima  
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa  
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda

Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes

Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes  
Ed. Anexo I do Senado Federal,  
20º andar  
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela  
Secretaria Especial  
de Editoração e  
Publicações

# CPI ouvirá procurador que investiga contas CC-5

Comissão aprova requerimento do relator, senador João Alberto, e convoca responsável pela descoberta de fraudes na remessa de dinheiro para o exterior. Em dois anos, a manobra teria envolvido R\$ 5 bilhões

A CPI que investiga irregularidades no sistema financeiro aprovou requerimento do relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), de convocação do procurador da República Celso Antônio Três, que descobriu fraudes na remessa de dinheiro para o exterior pelas chamadas "contas CC-5" do Banco Central (remessa feita por não-residentes). Conforme entrevista do procurador, 310 pessoas foram usadas como "laranjas" pelos verdadeiros donos do dinheiro, que queriam se manter no anonimato.

De acordo com o procurador, que examinou cerca de 20 mil nomes de pessoas e de empresas que usaram as contas CC-5 nos últimos sete anos, quase todos os "laranjas" desconheciam a remessa de dinheiro e não têm sequer idéia de quem usou seus documentos nos bancos. Dos 310 "laranjas" identificados, 171 são do Paraná – o procurador concentrou suas investigações na

cidade de Cascavel.

Teriam saído do Brasil, apenas nos últimos dois anos, cerca de R\$ 5 bilhões pelas contas dos 310 "laranjas", conforme a revista *Veja* desta semana. Trata-se de "dinheiro sujo", proveniente de tráfico de drogas, contrabando e "caixa 2" de empresas. O procurador e a polícia federal descobriram que foram usados nomes de pessoas simples, como pescadores e jornalistas.

Na quinta-feira passada, ao falar à CPI do Sistema Financeiro, o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, lamentou a falta de acesso aos dados mantidos pelo Banco Central sobre remessas pela CC-5, dizendo que "gostaria de ver" se todos pagaram impostos e se têm como comprovar a origem desse dinheiro. O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento que originou a CPI, disse que saíram do país pelas CC-5, nos últimos sete anos, aproximadamente US\$ 60 bilhões.



CPI do Sistema Financeiro vai apurar denúncia de fraudes na remessa de recursos para o exterior

## João Alberto tem dúvidas sobre imposto mínimo

O relator da CPI do Sistema Financeiro, senador João Alberto (PMDB-MA), disse ontem, em entrevista à imprensa, que tem dúvidas sobre a viabilidade de um imposto mínimo de 1% sobre o faturamento das empresas, como sugeriu na última quinta-feira o secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, em depoimento à comissão.

– O problema é que toda empresa faria de tudo para pagar apenas esse 1%, o que pode levar a uma queda na arrecadação geral – afirmou João Alberto.

De todas as sugestões feitas por Everardo Maciel, o relator encampa totalmente a proposta de se cobrarem os mesmos impostos para brasileiros ou estrangeiros que invistam em fundos de investimentos. "Não tem sentido o brasileiro pagar 20% de imposto ao aplicar nos fundos de renda fixa, enquanto o investidor estrangeiro nada paga", assinalou o senador.

O depoimento do secretário da Recei-



João Alberto confirma que apresentará, até o final deste mês, um relatório parcial sobre o caso Marka/FonteCindam

ta, na opinião de João Alberto, "criou um clima favorável" a uma rediscussão do sigilo bancário no país. O senador não sabe se proporá em seu relatório final alguma mudança legislativa sobre o sigilo, mas pretende colocar em discussão, na CPI, um projeto de lei para limitar a 90 dias a validade das liminares concedidas por juizes no caso de pagamento de impostos. "O secretário mostrou que existe uma indústria de liminares no Brasil

com o propósito de adiar indefinidamente o pagamento de impostos", observou.

O senador disse que pretende propor, em seu relatório final, "um projeto global" sobre a área tributária e de fiscalização. Confirmou ainda que apresentará, até o final deste mês, um relatório parcial sobre a venda de dólares pelo Banco Central, a preços favorecidos, aos bancos Marka e FonteCindam. "Já estou trabalhando neste relatório", ressaltou.

## Everardo fala sobre bancos em reunião fechada

Os senadores que fazem parte da CPI do Sistema Financeiro recebem hoje, a partir das 17h, informações do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, sobre as auditorias que a Receita vem fazendo nos bancos Marka e FonteCindam. É a segunda vez que o secretário comparece à CPI como convidado, e o depoimento, hoje, será tomado em reunião fechada, sem a presença da imprensa, para evitar quebra de sigilo fiscal.

Everardo Maciel deverá ser questionado pelos senadores sobre denúncia publicada pelo jornal *Correio Brasileiro*, segundo a qual, sete grandes bancos, quase todos estrangeiros, teriam sonhado impostos. Esta denúncia

é um dos fatos sob investigação da CPI e foi citada no discurso do senador Jader Barbalho (PMDB-PA), em abril último, ao propor a criação da CPI do Sistema Financeiro.

Os senadores esperam ainda do secretário da Receita informações detalhadas sobre procedimentos usados pelos bancos para reduzir ou até mesmo evitar o pagamento de imposto de renda. De acordo com informação de Everardo Maciel, apresentada em seu primeiro depoimento, das 66 maiores instituições financeiras do país, 42% (27 bancos) não pagaram Imposto de Renda. Elas usam brechas permitidas pela legislação para evitar o imposto.



Everardo Maciel comparece pela segunda vez, como convidado, à CPI do Sistema Financeiro

## Plenário discute fim do limite de 12% para juros

O Senado realiza hoje o segundo dia de discussão, em segundo turno, do substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional que trata do sistema financeiro nacional. A iniciativa, que acaba com o limite de 12% ao ano para a taxa de juros, é de autoria do senador licenciado José Serra (PSDB-SP), atual ministro da Saúde, e propõe nova redação para os artigos 163 e 192 da Constituição, além de alterar o artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. De acordo com o substitutivo, lei complementar deverá dispor sobre a fiscalização financeira da administração pública direta e indireta, e não sobre a fiscalização das instituições financeiras, como prevê o inciso V do artigo 163 da Constituição. O substitutivo dá ainda nova redação ao artigo 192 da Constituição, que passa a vigorar com o seguinte texto: "O sistema financeiro nacional, em todas as partes que o compõem, abrangendo as cooperativas de crédito, será regulado por leis complementares, que disporão sobre a participação do capital estrangeiro nas instituições que o integram". Também hoje, os senadores discutem, em turno único, projeto de decreto legislativo que susta os



Jefferson Péres

efeitos de nota da Consultoria Jurídica do Ministério da Infra-Estrutura, que restaurou à Companhia Vale do Rio Doce o direito à pesquisa e lavra de ouro na área de 100 hectares onde se situava o garimpo de Serra Pelada. Os direitos minerários da Vale haviam sido retirados por lei, em 1984, com indenização à companhia. Como esses direitos foram restabelecidos no governo Fernando Collor, a comissão especial que examina a situação dos garimpeiros, no Senado, decidiu apresentar o projeto de decreto legislativo. Relator da matéria, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA) é favorável ao projeto, com emenda. Na mesma sessão, os senadores votam dois requerimentos para a tramitação conjunta de projetos de lei.

# Procurador que investigou TRT-RJ diz que recebeu ameaça

Durante os seis meses em que atuou nas investigações, Daniel Sarmento propôs duas ações contra Mello Porto: uma por propaganda eleitoral e a outra por contratar sem licitação empresa encarregada de realizar concurso

O procurador da República no Rio de Janeiro, Daniel Antonio de Moraes Sarmento, confirmou ontem na CPI do Judiciário que recebeu ameaças de morte após ter começado a investigar possíveis irregularidades que teriam sido cometidas pelo juiz José Maria de Mello Porto. Sarmento acrescentou que em duas ocasiões o juiz compareceu à Procuradoria acompanhado com um "séquito de seis ou sete pessoas, algumas aparentemente armadas", querendo ser recebido pelo procurador.

— Não considerava, nem considero pertinente que um procurador receba em seu gabinete pessoas que está investigando. Por força dessa atitude, que considerei despropositada, de tentar quase que à força penetrar em meu gabinete, marquei uma reunião com o procurador-chefe da Procuradoria do Rio de Janeiro — informou Daniel Sarmento.

Na reunião com o procurador-chefe, segundo Daniel Sarmento, no dia 4 de setembro de 1997, ele recebeu uma ligação em seu telefone celular em que a pessoa, após dizer um palavrão, ameaçou matá-lo. Depois de encaminhar ofício ao presidente da Telerj solicitando que fosse investigado de onde havia partido o telefonema, Daniel Sarmento ficou sabendo que o aparelho utilizado para a ligação, um outro celular, seria do juiz classista do Tribunal Regional do Trabalho do Rio, Milton Calheiros.

## Origem de recursos para campanha é desconhecida

Respondendo ao relator da CPI do Judiciário, senador Paulo Souto (PFL-BA), sobre quem teria financiado a propaganda política em nome do juiz José Maria de Mello Porto, o procurador da República no Rio de Janeiro, Daniel Sarmento, disse ontem que em suas investigações não havia chegado a nenhuma conclusão sobre o assunto.

Daniel Sarmento lembrou que em entrevista à *Folha de S. Paulo* ou ao *O Estado de S. Paulo*, Mello Porto teria afirmado que os recursos para sua propaganda não saíram dos cofres públicos, mas de advogados que se diziam contentes com sua administração quando esteve à frente do Tribunal Regional do Trabalho do Rio de Janeiro.

Daniel Sarmento comentou que mesmo que o juiz não tenha sido financiado com recursos do erário, isto não significa que seu ato foi lícito. O procurador considera que o fato de advogados terem patrocinado a campanha pode ser mais grave ainda. Ele entregou à CPI uma fita de vídeo onde Mello Porto estaria participando de um comício. Trechos da fita foram apresentados na reunião de ontem.

O presidente da CPI, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), se disse impressionado com a rápida tramitação das duas

Apesar de ter comentado que havia ouvido falar que os juízes Milton Calheiros e Mello Porto teriam alguma ligação, Sarmento confessou que não possuía provas para fazer qualquer afirmação concreta sobre quem ligou, ou a serviço de quem o telefonema foi dado. A ameaça de morte resultou na instauração de um inquérito policial.

### AÇÕES

Daniel Sarmento disse aos senadores que atuou nas investigações envolvendo o juiz Mello Porto, durante seis meses, em 1997. Nesse período, ele disse ter ajuizado duas ações. A primeira pedia a perda do cargo de juiz por ter ele, quando presidente do TRT-RJ, contratado uma empresa para realização de concursos públicos sem licitação. A outra ação denunciava que Mello Porto estaria fazendo propaganda eleitoral.

— Ele se lançou como candidato a governador do estado do Rio de Janeiro nas eleições que ocorreriam em 1998. Quem mora ou passou pelo Rio deve lembrar que a cidade estava repleta de cartazes. Pedi que fosse determinada a imediata interrupção da propaganda e aplicadas as penas de improbidade administrativa, com a perda do cargo de juiz — explicou Daniel Sarmento.

ações impetradas pelo procurador, ambas consideradas improcedentes em primeira instância, num prazo aproximado de 30 dias. Daniel Sarmento concordou com a opinião do senador, dizendo que também nunca tinha visto tanta rapidez na Justiça Federal.

Em sua intervenção, o senador Geraldo Althoff (PFL-SC) quis saber se o procurador havia se sentido ameaçado por ter, na semana passada, encontrada em seu gabinete uma caneta com os dizeres "Mello Porto — Justiça rápida com amor ao Brasil". Daniel Sarmento garantiu que não se sentiu intimidado com a frase, mas com a fragilidade da segurança da Procuradoria, já que uma pessoa teve acesso ao seu local de trabalho.

Sobre a ação que o procurador impetrou pedindo a perda do cargo de juiz de Mello Porto por este, quando presidente do TRT-RJ, ter contratado uma empresa para realização de concursos públicos sem licitação, o senador Djalma Bessa (PFL-BA) perguntou se havia sido constatada alguma denúncia de favorecimento a candidatos. Daniel Sarmento respondeu que não. Ele explicou que questionou apenas a não existência da licitação, já que envolvia um valor em torno de R\$ 1,4 milhão.



Carlos Wilson, Paulo Souto e Ramez Tebet ouvem o depoimento do procurador

## Jornalista informa à CPI que presenciou irregularidades

Pagamentos por vagas de juízes classistas, nomeações de parentes, vendas de votos e sentenças, revelações de fraudes em licitações. O jornalista José Eduardo Homem de Carvalho, que depôs ontem à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias no Poder Judiciário, revelou ter sido testemunha de conversas sobre essas e outras irregularidades durante duas semanas em que frequentou o gabinete do então presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, juiz José Maria de Mello Porto.

Ele disse ter sido testemunha de declarações de Mello Porto de que faria de seu sobrinho, Cláudio Mello, desembargador. A promessa acabou se concretizando mais tarde, quando o então governador Marcello Alencar indicou, na avaliação de Homem de Carvalho, "de maneira ilegal", o parente do juiz para aquele cargo.

De acordo com o depoimento, os contatos entre o jornalista e Mello Porto começaram em julho de 1994 quando o juiz convidou o depoente a trabalhar no departamento de Comunicação Social do TRT, e duraram duas semanas. Pela proposta, Homem de Carvalho ganharia três vezes mais que em seu emprego de origem, na TVE, de onde foi requisitado pelo juiz.



Homem de Carvalho afirma ter gravado conversas no TRT-RJ

Dias depois de ter começado a frequentar o gabinete de Mello Porto, afirmou Homem de Carvalho, o magistrado teria lhe oferecido o restaurante da sede das juntas de conciliação e julgamento de Niterói. Sem entender, o jornalista pediu mais esclarecimentos e chegou à explicação de que a licitação seria fraudulenta. "É assim que funciona aqui, em Brasília e qualquer lugar", teria dito o "braço-direito" de Mello Porto, a assessora Laila Keizen da Fonseca.

A partir desse momento, o jornalista disse que decidiu gravar as conversas e reunir provas de que não participava das irregularidades praticadas no TRT. Ele comparou o esquema do juiz a um polvo, cujos tentáculos seriam assessores, como Haroldo de Oliveira, responsável pela coordenação política do juiz. Haveria ainda pessoas que coordenavam a nomeação de juízes classistas e as licitações.

Homem de Carvalho disse ter visto muitas pessoas entregarem cheques a Mello Porto, pagos por terem sido nomeadas para o cargo de juiz classista, conforme gravações feitas pelo jornalista. As gravações registraram duas juízas classistas — Nair Bairral e Ana Telma Wainstock —, além de Laila, relatando irregularidades, como a venda de votos "por qualquer R\$ 30 mil".

## No gabinete, "fatos esdrúxulos"

O jornalista José Eduardo Homem de Carvalho afirmou em depoimento à CPI do Judiciário que o gabinete do juiz José Maria de Mello Porto, quando presidente do TRT do Rio de Janeiro, era um ambiente "esdrúxulo e exótico". Eis alguns dos fatos relatados pelo jornalista:

Todos os dias era realizado um chá às 17h com patês e caviar da Confeitaria Colombo. Nesses eventos, declarou o jornalista, o juiz discursava como candidato, dizendo o que faria caso fosse secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

Depois do chá, as pessoas se deslocavam para o auditório do tribunal, onde era realizada uma espécie de "culto" em que o juiz "abençoava" os presentes, que gritavam: "Ei, ei, ei, Mello Porto é nosso rei!", realizando uma coreografia.

O gabinete funcionava como comitê eleitoral para os então candidatos ao governo do Rio, Marcello Alencar, e ao Senado, Nelson Carneiro e Artur da Távola. Porém, Homem de Carvalho disse nunca ter visto Távola na presidência do TRT.

## Filha de ministro teria sido nomeada

Em seu depoimento à Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, o jornalista José Eduardo Homem de Carvalho apresentou ontem uma nova informação: Leticia Mello, filha do ministro do Supremo Tribunal Federal Marco Aurélio de Mello, teria sido nomeada assessora do juiz Rogério Vieira de Carvalho, do Tribunal Regional Federal (TRF) do Rio de Janeiro.

Esse caso, segundo o depoente, demonstra a relação do juiz José Maria Mello Porto, do Tribunal Regional do Trabalho do Rio, com o juiz do TRF Mello Porto, informa o jornalista, é primo do ministro do STF e Vieira de Carvalho foi responsável pela condenação do advogado Wadih Damous Nemer Filho por litigância de má-fé, por ter denunciado a contratação, sem licitação, da empresa Access para realização de concursos no TRT.

Damous foi o primeiro a depor na CPI sobre as irregularidades no TRT do Rio de Janeiro. O advogado é vice-presidente do Sindicato dos Advogados do estado e, como revelou Homem de Carvalho, também vem sofrendo perseguições.

## Gravações já passaram por perícia

As fitas contendo as gravações em que juízes classistas admitem a existência de irregularidades no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) fluminense já foram periciadas no Instituto Carlos Éboli, do Rio de Janeiro. No laudo, entregue ao presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga irregularidades no Poder Judiciário, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), pelo jornalista José Eduardo Homem de Carvalho, a perita atesta que a fita é autêntica e não foi montada. Porém, o laudo não pôde concluir se as vozes atribuídas na fita às juízas classistas Ana Telma Wainstock e Nair Bairral e à assessora Laila Keizen da Fonseca são mesmo delas.

Na conclusão, o Instituto Carlos Éboli comunica que tal identificação só pode ser feita no laboratório de análises forenses da Universidade de Campinas (Unicamp). Foi justamente para a Unicamp que o Ministério Público Federal encaminhou a cópia da fita, entregue por Homem de Carvalho, há quase cinco anos. A CPI já solicitou informações à universidade sobre a razão do atraso na realização da perícia.

## Depoente relata as ameaças que teria sofrido

“Minha vida se transformou em um inferno.” Assim, o jornalista da TVE, José Eduardo Homem de Carvalho, definiu o período que se seguiu às denúncias que fez contra o ex-presidente do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio de Janeiro, juiz José Maria de Mello Porto. Aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga irregularidades no Poder Judiciário, Homem de Carvalho revelou que desde que se envolveu no caso, em 1994, foi ameaçado de morte por um “matador profissional”, amigo do juiz, passou a responder a processos por crimes que não cometeu, perdeu empregos e foi difamado pelo juiz.

— Eu não sei o que teria sido de mim se não fosse a ajuda de advogados, membros do Ministério Público e alguns magistrados. Estou sofrendo ameaças e perseguições e peço proteção à CPI — afirmou o depoente. A seguir, veja a lista de perseguições, atribuídas a Mello Porto, narradas pelo jornalista.

### AMEAÇAS

A partir do momento em que decidiu, aconselhado pelo procurador de Justiça do Rio de Janeiro Marfan Martins Vieira, entregar as fitas em que juízes admitem irregularidades no TRT ao Ministério Público Federal, o depoente disse que começou a ser ameaçado de morte. Além de gravar as ameaças, Homem de Carvalho solicitou um Bina à Telerj e descobriu que as chamadas eram originadas do mesmo aparelho, em um posto de gasolina no pé da favela do Jacarezinho, em horários determinados.

Homem de Carvalho conseguiu que o Ministério Público solicitasse dois agentes da PF para uma operação em que tentariam, junto com o jornalista Jorge de Barros, do *Jornal do Brasil*, chegar até ao autor dos telefonemas. Assim, os agentes prenderam Mário Lamarini, um homem de cerca de 80 anos, quando fazia mais uma ligação ameaçando o jornalista.

Na delegacia, a filha de Lamarini teria dito, em conversa também gravada por Homem de Carvalho, que o juiz Mello Porto já teria recomendado ao superintendente da PF que “aliviasse” seu pai. Segundo o depoente, o delegado negou o pedido, pois a imprensa já estava no local. Mais tarde, Lamarini recebeu a visita de “um bom advogado do Rio”, que pagou a fiança.

### VIZINHA

Com a vida profissional revirada, Homem de Carvalho disse que Mello Porto “plantou” uma pessoa para ameaçá-lo dentro de seu próprio prédio. Uma de suas vizinhas, Alta Rodrigues, deu queixa contra ele duas vezes na delegacia de seu bairro: uma por violação de correspondência e outra por ter-lhe dado uma surra.

# ACM acha que Bolsonaro deveria perder o mandato

Deputado do Rio de Janeiro defendeu, em entrevista na televisão, fechamento do Congresso e o “fuzilamento de 30 mil corruptos”

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, defendeu ontem a cassação do mandato do deputado Jair Bolsonaro (PPB-RJ), caso o parlamentar confirme declarações que teria dado a uma emissora de televisão em favor do fechamento do Congresso Nacional.

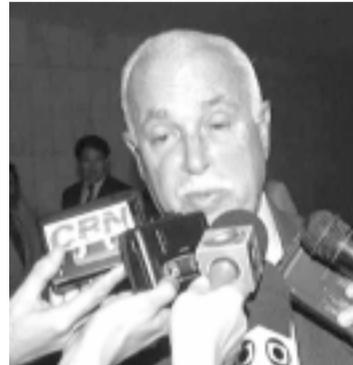
— Não vi a entrevista e não tenho por que ver essas loucuras, mas se o deputado confirmar tais declarações deveria ter seu mandato cassado — disse Antonio Carlos Magalhães.

O programa de televisão, do jor-

nalista Boris Casoy, foi exibido na madrugada de segunda-feira. Nele, o deputado disse lamentar que o presidente Fernando Henrique Cardoso não tenha sido morto no período da ditadura militar, defendeu o fechamento do Congresso e pediu o fuzilamento de 30 mil corruptos.

### ASSEMBLÉIA PORTUGUESA

Antonio Carlos Magalhães comunicou, também, que o presidente da Assembleia Nacional Portuguesa, Almeida Santos, assistirá parte da sessão plenária de hoje do Senado.



ACM qualificou como “loucura” as opiniões expressas pelo deputado

## Parga apresenta projeto que permite a eleitor escolher suplente de senador

Com a intenção de contribuir para o aperfeiçoamento do sistema político-eleitoral, o senador Bello Parga (PFL-MA) anunciou ontem que está apresentando projeto de lei que permite ao eleitorado escolher quem será o primeiro suplente de senador. Segundo Parga, a eleição dos suplentes é imperfeita na sua forma porque a escolha da ordem de suplência não pertence ao eleitorado, sendo feita pela convenção partidária. Assim, de acordo com sua proposta, a ordem de precedência será estabelecida pelo eleitor, que votará apenas em um candidato.

— Nosso objetivo é permitir ao eleitor que escolha, mediante o voto direto, o primeiro suplente entre os dois candidatos apresentados pelo partido. Desse modo, o eleitor, após votar no candida-



Bello Parga argumenta que a ordem de suplência deve ser “definida democraticamente”

to de sua preferência, terá a oportunidade de optar por um dos dois candidatos a suplente de senador, a fim de que seja democraticamente definida a ordem de

sucessão em caso de vacância ou afastamento temporário do titular — explicou.

Em aparte, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) disse que a proposta de Parga faz também parte de suas preocupações e que sua iniciativa democratiza a figura do suplente de uma maneira mais avançada do que na atual legislação. Relembrando que a proposta é semelhante a um projeto apresentado por ele próprio, Suplicy afirmou que quando o titular se afasta o eleitor geralmente não conhece o suplente. Ele lembrou que, em campanha, fez questão de sempre mencionar o seu suplente, Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho. Ao informar que, em janeiro de 95, de 81 senadores, 21 haviam assumido na condição de suplente, Suplicy ressaltou a importância da condição de suplente.

## Bornhausen cita investimentos de Portugal

Ao lembrar que se aproxima a data de comemoração dos 500 anos do descobrimento do Brasil, o senador Jorge Bornhausen (PFL-SC) disse ontem que, após a sua entrada na Comunidade Européia, Portugal se modernizou, realizando várias investimentos, especialmente no Brasil. Segundo o senador, que foi embaixador em Portugal durante 21 meses, o marco dessa nova visão se deu com a visita ao Brasil do primeiro-ministro português, António Guterres, em abril de 1996, acompanhado de centenas de empresários, quando declarou o Brasil como parceiro prioritário.

Elogiando o empenho de Guterres e do presidente de Portugal, Jorge Sampaio, o senador afirmou que a partir daí “mais de US\$ 6 bilhões já foram investidos no Brasil pelos empresários portugueses”. Entre os empreendimentos, Bornhausen citou a



Bornhausen revelou que mais de US\$ 6 bilhões já foram investidos por Portugal em nosso país

participação de Portugal, juntamente com outros países, no lançamento do cabo submarino Atlantis II, ligando o Brasil a Portugal e à África, e a compra de ações de bancos como o Itáu, o Bandeirantes, o Boa Vista e o Primms.

O senador disse que o Brasil deveria

copiar uma idéia criativa de Portugal, que aproveitou “os seus filhos residentes no exterior para propor a poupança emigrante”, captando remessas que anualmente se aproximam de US\$ 3,5 bilhões. Segundo o senador, a “conta-emigrante” tem a finalidade de financiar a construção, aquisição ou benfeitoria de imóveis e o desenvolvimento de atividades industriais, agropecuárias ou pesqueiras:

— O Brasil, a partir da década de 80, viu aumentada a emigração de seus filhos, especialmente para o Japão e os Estados Unidos. Os números atuais de remessas por brasileiros residentes no exterior superam US\$ 3 bilhões anuais, o que passa a ser muito expressivo para um país que ainda recentemente teve que cortar R\$ 8 bilhões de seu orçamento e que vive às voltas com déficits em sua balança — explicou o senador.

## Moreira Mendes cobra punição para corruptos

Ao lamentar ontem o arquivamento pela Câmara dos Deputados da proposta de emenda constitucional que reformava a imunidade parlamentar, o senador Moreira Mendes (PFL-RO) trouxe a plenário o escândalo que resultou no pedido de autorização do Tribunal de Justiça de Rondônia para processar criminalmente o deputado estadual Marcos Antonio Donadon.

Conforme Moreira Mendes, o deputado, ex-presidente da Assembleia Legislativa de Rondônia, foi denunciado pelo Ministério Público por crimes de formação de quadrilha e peculato. Dizendo que pessoas da estirpe de Donadon são muitas, pediu a transcrição do processo nos Anais do Senado e observou que, se a Justiça pudesse exorcizar o espírito de corpo que protege esses criminosos, hoje “os Donadon que infestam os cofres públicos estariam sem os mandatos que acobertam suas estrepolias”.

Com base em informações do Ministério Público, Moreira Mendes relatou que, de janeiro de 1998 a janeiro de 1999, “o bando capitaneado por esse deputado levou para casa R\$ 3,4 milhões”. Em qualquer lugar do mundo, segundo o senador, “o surrupio desse dinheiro derrubaria até o presidente da República, mas em Rondônia nada acontece”.

## Otávio exige definição sobre Maluf

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) cobrou ontem da Executiva de seu partido, que se reunirá nos próximos dias, uma decisão sobre o posicionamento político da agremiação. “Ou somos governo e não podemos fazer discurso de oposição, ou somos oposição e então não podemos participar do governo”, disse.

Luiz Otávio fez essas afirmações, no plenário do Senado, a propósito de atitude do presidente do PPB, Paulo Maluf. “Ele aproveitou o programa do partido no rádio e TV para intimidar o governo, usando o peso político do PPB. A Executiva precisa tomar a iniciativa de, no mínimo, licenciar esse cidadão para que ele possa aguardar, fora de nossos quadros, as decisões da Justiça sobre os vários processos a que responde”, afirmou.

Segundo o senador, “o PPB não pode continuar a carregar esse caixão, essa verdadeira mala sem alça, que é Maluf, sobre quem pesam denúncias de corrupção, nepotismo e até crimes comuns”.



Moreira lamentou o desfecho da proposta que alterava imunidade

## Silva diz que mineral pode combater seca



Silva: pedra retém até cinco vezes seu volume em água

A vermiculita, um mineral com grande capacidade de retenção de água, vem sendo apontada pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI) como a solução para os problemas do semi-árido nordestino. O senador explica que o mineral consegue reter até cinco vezes seu volume em água.

Segundo o parlamentar, a vermiculita não é absorvente, mas adsorvente, ou seja, fixa as moléculas da água em sua superfície. O mineral é do grupo dos micáceos, originário da alteração de micas. Segundo o dicionário *Aurélio*, esse tipo de mineral, quando aquecido, perde a água, intumesce e adquire o aspecto de um verme, daí seu nome. Suas principais utilizações são como refratários e materiais de construção especiais.

Alberto Silva lembrou, em entrevista à TV Senado, que muitos defendem a transposição da água do rio São Francisco para o sertão nordestino como forma de solucionar o crônico problema de falta d'água na região. Mas ressaltou que cerca de dois milhões de pessoas continuarão distantes dos canais que transportarão a água do rio.

Segundo o senador, mesmo nas piores secas, as regiões nordestinas recebem de 300 a 400 milímetros de água (cada milímetro equivale a um litro de água por hectare). Muitas vezes, o agricultor consegue que sua semente germine após a primeira chuva, mas uma posterior estiagem prolongada faz com que ele perca toda a produção. Com a vermiculita, a água da primeira chuva ficaria retida, possibilitando o crescimento da planta.

# Suplicy quer que Senado fiscalize as compras do governo federal

Parlamentar reivindica acesso aos bancos de dados do sistema eletrônico que monitora as aquisições e contratações, lembrando caso recente de erro no *Diário Oficial*

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) enviou ofício aos ministros do Orçamento e Gestão, Pedro Parente, e da Administração e Patrimônio, Cláudia Costin, requerendo que o Senado tenha acesso às bases de dados do Sistema Integrado de Divulgação Eletrônica de Compras e Contratações (Sided), módulo do Sistema de Compras do Governo Federal (Comprasnet).

Para Suplicy, o Senado precisa ter acesso a essas informações para garantir mais transparência e um melhor gerenciamento nas aquisições e contratações do governo. "Todos estamos lem-

brados do episódio dos contratos de quantias exorbitantes, publicados no *Diário Oficial*, que o governo explicou ser um teste fictício do sistema", afirmou.

O senador ressaltou que o acesso do Congresso Nacional ao Sistema de Administração Financeira da União (Siafi), em 1991, resultou no aprimoramento dos trabalhos dos parlamentares. "Através desse sistema de informações, passamos a acompanhar a execução do Orçamento da União em tempo real, propiciando mais eficiência na fiscalização dos dispêndios dos três Poderes", acentuou.

Suplicy lembrou caber ao Congresso

fiscalizar o Executivo, conforme dispositivo do artigo 50 da Constituição. Ao finalizar, o senador por São Paulo participou ao plenário que o juiz da 7ª Vara Federal do DF, Novelty Vilanova da Silva Reis, concedeu liminar para suspender a subscrição e pagamento de títulos à Brazilian Liquidity Transaction Co., na operação de troca de títulos de dívida externa de empresas brasileiras por títulos novos emitidos por essa companhia estrangeira.



Suplicy lembrou acesso ao Siafi, que, para ele, resultou em melhoria da atividade parlamentar

## Tião Viana alerta contra a febre amarela

Ao informar que, de 1980 a 1998, a febre amarela vitimou 376 pessoas no Brasil, causando 216 mortes, o senador Tião Viana (PT-AC) apelou ontem ao Ministério da Saúde para que fique atento à reurbanização da doença. Ele disse que

essa é uma enfermidade que alcança mais de 50% de taxa de mortalidade e que pode atingir qualquer pessoa, mesmo em área urbana.

O parlamentar explicou que não existe nenhum tratamento específico contra a febre amarela. A prevenção e o controle dessa doença, segundo ele, baseiam-se apenas na erradicação ou controle do vetor que a transmite e na aplicação da vacina específica, existente desde a década de 30. Também disse que, no Brasil, a febre amarela silvestre está em contínuo movimento, caracterizando-se por apresentar-se em surtos que se manifestam de forma

cíclica, a cada cinco ou sete anos.

Ele informou que situação epidemiológica detectada no ano passado levou a Fundação Nacional de Saúde a elaborar e executar, em conjunto com autoridades estaduais de Saúde, um plano de intensificação da vacina, baseado em critérios de risco. Mas essa vacinação não foi tão ampla quanto deveria ser, em razão da insuficiência do estoque de imunobiológicos e das dificuldades de realizar uma imunização em massa.

Com isso, observou Tião Viana, mais de 27 milhões de brasileiros deixaram de ser imunizados. Como exemplo, ele disse que, no Acre, das 514 mil pessoas que deveriam ter sido vacinadas, apenas cerca de 92 mil receberam doses da vacina, ficando desprotegida a população de maior risco, que são os maiores de 15 anos.



Tião Viana

## Para Lauro, a verdadeira âncora do real é a fome

Ao comentar a conjuntura econômica, o senador Lauro Campos (PT-DF) disse ontem que tanto a inflação quanto a deflação têm efeitos negativos sobre a sociedade. Segundo ele, "a inflação é perversa porque corrói os salários; a deflação, porque desemprega os trabalhadores e coloca os empresários falidos no mesmo barco dos sofrendores". Lauro Campos afirmou que o capitalismo não apresenta outras opções para esse dilema:

– O capitalismo é pobre de imaginação criadora e, perdido, descobre sua neo-solução: a globalização da pobreza.

O senador petista comentou os efeitos da política de sobrevalorização do real, adotada pelo governo federal até o início deste ano, considerando que o regime cambial "só foi mantido para garantir a reeleição":

– Se a maxidesvalorização do real e to-

dos os efeitos colaterais tivessem ocorrido antes da reeleição, a elevação estratosférica da taxa de juros, o desemprego que atingiu 19,9% em São Paulo, 22% em Brasília e 25% em Salvador, o aumento vertiginoso das dívidas interna e externa teriam antecipado o repúdio ao governo e posto em sério risco a reeleição sonhada por Fernando Henrique Cardoso.

Para ele, a intenção do governo era conter a demanda como forma de combater a inflação. "A redução da demanda, os aumentos dos déficits comercial e da dívida externa, provocados pelos estímulos às importações que levaram as empresas nacionais à falência e os trabalhadores ao desemprego, e a elevação dos juros a 49% ao ano foram ingredientes essenciais à vitória de FHC sobre a inflação." Para o senador, a única forma de combater o desempre-



Para Lauro, desemprego e fome em massa é que impedem a retomada da inflação

go é inverter totalmente estas medidas:

– Mas isto o mentiroso não confessa. A verdadeira âncora do real é e sempre foi a fome e o baixíssimo nível de consumo do povo brasileiro. Esta situação crítica, provocada pela pobreza, pelo desemprego, pela falta de compra dos consumidores, pela fome da massa potencializada pelo aumento dos juros é a neo-âncora, que impediu a retomada da inflação – frisou.

## Piva fala sobre a recuperação da economia

A capacidade de recuperação da economia brasileira é destacada pelo senador Pedro Piva (PSDB-SP) em entrevista à TV Senado, que irá ao ar hoje, às 9h. "O Brasil tem uma capacidade de recuperação enorme. Nós passamos naqueles piores momentos por uma defasagem de câmbio. Esse câmbio já estava defasado há algum tempo. Ele foi atualizado e houve uma resposta imediata para surpresa de nossos parceiros internacionais", disse ele.

Além do crescimento no volume de exportações, o senador Pedro Piva afirma que a recuperação da economia de-



Piva: recuperação depende da queda dos juros, "que podem diminuir ainda mais"

pende da diminuição de juros. Ele lembra que os juros caíram de 42% para 27%, mas ainda precisam cair mais.

"O consumidor ainda não está vendo o reflexo dessa queda. A explicação é que existia muita inadimplência e os bancos se retrairam em função da falta de pagamento dos que entraram na corrida sem medir consequências", diz.

### Febre Amarela

A doença é transmitida pelo *Aedes aegypti*, o mesmo mosquito que provoca a dengue

Atinge qualquer pessoa mesmo em área urbana, provoca febre alta, dor de cabeça e vômitos

Atinge 50% de taxa de mortalidade e pode matar de 3 a 9 dias

Para prevenir o surgimento do mosquito, latas e pneus velhos devem ser mantidos sem água e a caixa d'água precisa ficar bem fechada

A prevenção baseia-se na erradicação do mosquito e na aplicação da vacina

Não existe tratamento específico contra a doença

## Programa recupera o patrimônio histórico

O sucesso do programa Monumenta, de preservação e restauração do patrimônio histórico e cultural brasileiro, executado pelo Ministério da Cultura com aporte financeiro do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), foi apontado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) como um primeiro passo para que o país atinja a maioria em matéria turística. Ele lembrou que o Brasil raramente encontrou recursos para o trabalho de restauração em pequenas cidades coloniais, como Ouro Preto:

– Monumenta é o primeiro programa de financiamento do patrimônio histórico de abrangência nacional e, por essa razão, recebeu apoio de outras entidades internacionais. Em sua primeira etapa, utilizará recursos públicos da ordem de 200 milhões de dólares, que incluirá o trabalho em

sete cidades: Olinda, Recife, Rio de Janeiro, Ouro Preto, Salvador, São Luís e São Paulo – informou.

Patrocínio disse que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan) calcula que será necessário US\$ 1 bilhão para a recuperação integral do patrimônio histórico brasileiro e mais de US\$ 50 milhões anuais para a conservação dos investimentos feitos.

O senador salientou que, excetuado o Pelourinho, em Salvador, a decadência física das construções que fazem parte do patrimônio histórico é evidente, o que acaba causando problemas sociais, afugentando turistas e tornando nula a atividade econômica:

– O objetivo do Monumenta, sob o aspecto técnico, consiste na substituição progressiva do maior número possível de obras de restauração por serviços de conservação.

### PROGRAMAÇÃO



#### TV SENADO

##### HOJE

6h55 – Senado em Pauta  
7h – Saúde Todo Dia – Musculação  
7h30 – Especial Unip – Vira-lata  
7h55 – Senado em Pauta  
8h – Saúde Todo Dia – Unibiótica  
8h30 – Jornal do Senado  
8h55 – Senado em Pauta  
9h – Entrevista – O senador Pedro Piva fala sobre a recuperação econômica do Brasil  
9h30 – Comissão de Assuntos Econômicos – Audiência pública com o presidente do BNDES, Pio Guerra (gravado)  
Logo após – Comissão de Educação  
14h30 – Sessão Plenária (vivo)  
Logo após – CPI do Judiciário  
21h – Jornal do Senado  
21h15 – Mulheres em Destaque – No programa a entrevista com a coordenadora de Projetos Especiais do Ipea, Anna Peliano

21h55 – Senado em Pauta

22h – Sessão plenária (representação)

#### RÁDIO SENADO

##### HOJE

8h – Agenda Senado  
Em seguida – Música e informação  
11h30 – Comissão de Educação (ao vivo)  
Em seguida – Música e informações  
14h30 – Sessão Plenária (ao vivo)  
Em seguida – Música e informação  
19h – “A Voz do Brasil”  
Em seguida – Música e informação  
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”  
Em seguida – Música e informação  
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”  
Em seguida – Música e informação  
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”  
Em seguida – Música e informação  
0h – Sessão Plenária (reprise)  
Em seguida – Música e informação

# Patrocínio quer saída justa para crise do crédito educativo

Projeto oferece aos mutuários inadimplentes a possibilidade de saldar dívida prestando serviços voluntários à comunidade

O senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) anunciou ontem em plenário projeto de lei assegurando aos mutuários inadimplentes do Programa de Crédito Educativo a alternativa de prestar serviços voluntários em sua especialidade. Os beneficiários desse serviço seriam entidades públicas de qualquer natureza ou instituição privada de fins não lucrativos, com objetivos cívicos, culturais, educacionais, científicos, recreativos ou de assistência social.

Conforme o projeto de Carlos Patrocínio, esse serviço voluntário abateria progressivamente a dívida do mutuário, podendo quitá-la, conforme normas a serem fixadas pelos agentes do Programa de Crédito Educativo. Na opinião do senador, essa é uma alternativa para solucionar o problema daqueles que querem pagar, mas não podem, e, “sendo cidadãos, merecem oportunidades educacionais equitativas”.



Patrocínio: fórmula do contrato de risco só causa prejuízos ao país

O senador explicou que a proposta do MEC para o crédito educativo prevê que os alunos beneficiados iniciarão o ressarcimento imediatamente após a formatura. Daí por que ele indaga:

“Quem garante que estejam empregados ou que consigam trabalho? Quem garante que, com o aumento constante do desemprego, se conseguirem trabalho, o ordenado lhes permitirá saldar os débitos?” Por isso, frisou, a proposta precisa ser exaustivamente examinada pelas duas Casas do Legislativo.

Para Patrocínio, se o Brasil transformar o crédito educativo num contrato de risco, o mais prejudicado será o próprio país, ou seja, “a população brasileira, que deixará de contar com milhares de jovens que poderiam ter-se habilitado em nível superior, se os obstáculos não fossem quase insuperáveis”.

Sobre os “contratos de risco” (que ficaram famosos na década de 70, em relação à exploração de petróleo), Patrocínio disse que os envolvidos agora são, de um lado, o Ministério da Educação e, do outro, o povo brasileiro, representado pelos universitários carentes.

## José Jorge elogia avaliação de faculdades

O processo de avaliação das instituições de nível superior, cujos primeiros resultados indicaram a existência de 101 cursos com conceitos negativos, foi elogiado ontem pelo senador José Jorge (PFL-PE). Ele ressaltou que é a primeira vez que se faz um trabalho desse tipo no Brasil, apesar de a legislação já prever a avaliação desde 1995:

– O trabalho é positivo. É preciso que alunos, universidades e o governo trabalhem juntos para aperfeiçoar o processo de avaliação. Sem a participação da comunidade a universidade não vai melhorar – comentou o senador.

A avaliação, promovida pelo Ministério da Educação, apontou 53 cursos de graduação em direito, 38 em admi-

nistração e dez em engenharia civil com desempenho insuficientes, que serão submetidos a uma reavaliação. Se não melhorarem, as instituições podem perder as autorizações para funcionamento. Os resultados estão baseados nos conceitos do Exame Nacional de Cursos, conhecido como “Provão”, e em avaliações feitas por especialistas, levando em consideração a qualidade do corpo docente, a infra-estrutura dos prédios e o currículo dos cursos.

José Jorge admite que a avaliação pode ter provocado injustiças, “tanto ao incluir instituições de qualidade na relação quanto ao deixar de incluir outras que certamente não têm condições de funcionar”.



José Jorge admite que sistema possa ter causado injustiças contra algumas instituições

### COMO SINTONIZAR

#### TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC/MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

#### RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brsilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC, 1,11465600, 256000,0 FD 1,17,1,7

## Alcântara homenageia fonoaudiólogos

O senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) homenageou, em discurso, os fonoaudiólogos, profissionais que, em sua opinião, incluem-se entre os “colaboradores de Deus na correção dos problemas que afligem o gênero humano”. Alcântara registrou o lançamento, pelo Conselho Federal de Fonoaudiologia, da revista *Fonoaudiologia Brasil*, “referência e guia de pesquisas para os profissionais do ramo”. Ele salientou que, nesses quase 20 anos de regulamentação, a profissão “mudou completamente sua feição, tornando-se mais madura e, principalmente, mais científica”.

Lembrando que os fonoaudiólogos cuidam das disfunções ligadas à comunicação, dedicando-se à correção da fala e da audição, o senador disse que a comunicação é uma das capacidades mais sublimes de que o ser huma-



Alcântara: ofício possibilita a comunicação “sem traumas”

no dispõe e que “quem não ouve e não fala bem vive mal, por carregar uma limitação sem tamanho”. Ele observou que, por ser uma profissão com características marcadamente femininas, até

mesmo muitas fonoaudiólogas a julgavam desprestigiada:

– Como pode ser desprestigiada uma profissão que é capaz de devolver a outros a alegria de viver e a capacidade de se comunicar sem traumas e sentimentos de inferioridade? – questionou.

Alcântara lembrou que a lei que reconheceu a fonoaudiologia como profissão de nível universitário, promulgada em 1981, também criou os conselhos federal e regionais de fonoaudiologia:

– Esse fato foi igualmente importante para que a profissão se firmasse, pois lhe proporcionou identidade própria e reconheceu-lhe a capacidade de traçar os seus próprios caminhos, com função normativa, fiscalizadora e até mesmo interpretativa do disposto na lei de criação da profissão – disse.

# Álvaro vê desrespeito a acionistas nas telecomunicações

Senador afirma que novos controladores dispensam tratamento “altamente discriminatório e mesmo ilegal” aos investidores minoritários que viabilizaram o sistema Telebrás com o autofinanciamento de telefones

Os acionistas minoritários das empresas de telecomunicações privatizadas estão sendo discriminados pelos respectivos controladores. A denúncia foi feita pelo senador Álvaro Dias (PSDB-PR) ao protestar ontem contra o que classificou de “descalabro”. “Esses acionistas, que são alguns milhões em todo o país, estão sendo alvo de tratamento altamente discriminatório, e mesmo ilegal, por parte dos novos acionistas controladores das citadas empresas”, afirmou.

Álvaro explicou que quando o sistema Telebrás foi privatizado o governo usou de todas as cautelas para promover as avaliações necessárias à alienação de suas participações acionárias no setor, mas foram revogadas as disposições legais de proteção ao minoritário, quando da recente reforma da lei das sociedades anônimas, promovida para viabilizar algumas privatizações.

Segundo o senador, essa alteração legal vem gerando “inominável abuso praticado pelos atuais controladores, em flagrante desrespeito a milhões de famílias, que, com sua minguada poupança, viabilizaram a construção do sofisticado sistema Telebrás, através do sistema de autofinanciamento das telefônicas estaduais”. Álvaro Dias disse que o direito de ter assento nos conselhos de administração e fiscal tem sido

sistematicamente negado por algumas empresas aos acionistas minoritários.

Outra distorção por ele apontada é a liberação das concorrências públicas para a aquisição de materiais e equipamentos e para os contratos de assistência técnica e de prestação de serviços. Segundo o senador, esses contratos estão sendo firmados entre as empresas e seus controladores internacionais, em detrimento de fornecedores nacionais, de qualidade equivalente e preços menores.

Álvaro Dias denunciou ainda a operação de compra das posições minoritárias já anunciada por algumas teles e em vias de registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM). “Os controladores compradores anunciam que as compras estão sendo realizadas por valores 50% acima das cotações

de mercado, dando a impressão de estar proporcionando um grande negócio ao minoritário, mas omitem que o estão fazendo por percentagem mínima do valor patrimonial das empresas, menor ainda se comparada ao ágio que se dispuseram a pagar quando da privatização destas mesmas empresas”, observou.

Ele anunciou que apresentará, possivelmente hoje, requerimentos de informação endereçados ao governo, à Anatel e à CVM sobre as providências que pretendem tomar a partir das denúncias feitas por ele.



Álvaro Dias apresentará requerimento de informações sobre providências do governo

## Heloísa propõe plebiscito sobre a venda da Chesf

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) cobrou ontem agilidade na tramitação de projeto de decreto legislativo (PDL) de sua autoria que prevê a realização de um plebiscito para a população da região Nordeste decidir se a Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) deve ser privatizada. A senadora explicou que a proposta já conta com parecer favorável do senador Amir Lando (PMDB-RO) e está aguardando votação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Heloísa Helena disse ter participado em Maceió, na última sexta-feira, de sessão conjunta das assembleias estaduais de Alagoas e de Sergipe para debater a privatização da Chesf. Estiveram presentes, relatou a senadora, prefeitos, par-



Heloísa sugeriu ao BNDES investimento em novas matrizes energéticas

lamentares e dirigentes da Chesf, que não apresentaram qualquer argumento razoável para a privatização da empresa.

– Depois do dinheiro, dos bilhões que saíram para banquinhos aqui e ali, até o velho argumento de que o governo não tem dinheiro para investir no setor sumiu – observou a senadora.

O investimento pelo BNDES em novas matrizes energéticas foi sugerido pela senadora, uma vez que a capacidade de geração de energia elétrica para o Nordeste já está esgotada. Segundo a senadora, 98% da energia consumida pela região vem de apenas uma hidrelétrica. Heloísa Helena defendeu ainda a utilização do rio São Francisco em outras áreas, como a agricultura, para o desenvolvimento econômico do Nordeste.

## Risco de privatização do BB, CEF e Petrobras preocupa Bezerra

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou-se contrário a possível privatização da Petrobras, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal, por serem prejudiciais aos interesses do povo brasileiro, e disse estar disposto a voltar às ruas para defender a soberania nacional.

– O governo faria melhor em não contar tanto com a apatia dos brasileiros, pois o último a desprezar a indignação popular e fazer ouvidos moucos à voz das ruas foi legal e legitimamente posto para fora do Palácio do Planalto – advertiu, informando ter sido militante das reformas de base e que continua a ser defensor da empresa nacional.

Carlos Bezerra chamou a atenção para “um curioso encontro de versões” envolvendo a discussão sobre aquelas privatizações:

“De um lado, as autoridades do FMI anunciam sem disfarces que o governo brasileiro se comprometeu a privatizar a Caixa, o Banco do Brasil e a Petrobras. De outro lado, o ministro Pedro Malan e o presidente Fernando Henrique afir-

mam e reiteram candidamente que isso nem está sendo cogitado”.

O senador questionou os possíveis resultados da privatização da Petrobras. “Será mesmo que contribui alguma coisa para o bem do país a privatização da maior empresa brasileira, pioneira e criadora de tecnologia de ponta?”, indagou.

Para Carlos Bezerra, essa operação deve ser afastada, em primeiro lugar porque o país iria “entregar, por preço irrisório, para regozijo do FMI, reservas do combustível fóssil que vem sendo e continuará por muito tempo a ser o alimento do progresso”. Além disso, frisou, privatizar a Petrobras significa desnacionalizá-la, uma vez que não há grupo brasileiro capaz de comprar a empresa nem de levar adiante seu programa de pesquisa e lavra.

Carlos Bezerra lembrou que o monopólio foi quebrado e as empresas que quiserem investir e produzir petróleo no Brasil podem fazê-lo. “Que venham, desde que para procurar por conta e risco próprios novas jazidas.”



Carlos Bezerra questiona possíveis resultados da privatização

## Luiz Otávio exige explicações sobre a Vale do Rio Doce

O senador Luiz Otávio (PPB-PA) pediu o apoio do Senado a seus pedidos de informação, enviados à Receita Federal e ministérios da Previdência Social e do Trabalho, sobre a administração da Vale do Rio Doce e recolhimento de seus impostos. “Quero explicações sobre essas verdadeiras ‘transfusões de sangue’ que a Vale parece estar fazendo a grupos privados”, afirmou, lembrando que o BNDES é sócio da Vale, com dinheiro público.

Luiz Otávio informou que a Assembleia Legislativa do Pará aprovou, por unanimidade, a realização de uma CPI sobre os negócios da Vale do Rio Doce, tantas têm sido as denúncias de irregularidades. “O BNDES tem, junto com a Vale, 104 áreas de exploração mineral em contrato de risco. Como a sociedade não tem notícias a respeito do que está sendo descoberto, enviei ofício ao Departamento Nacional de Pesquisa Mineral”, disse ele.



Luiz Otávio disse que a Vale não dá ao DNPM explicações devidas

Segundo o senador, “a resposta foi que, apesar de ser obrigada a apresentar relatório anual nos dois anos depois de privatizada, a Vale somente forneceu informações ao DNPM sobre duas das 104 áreas. Em cada um delas, a Vale informou ter descoberto jazida de ouro com potencial de 26 toneladas”.

O senador pelo Pará considerou esse fato um mero exemplo das irregularidades que cercam a administração da Vale. “Foram 76 viagens em navios de carga, sem pagar ICMS; notícias, veiculadas na revista *Veja*, de venda privilegiada da participação que o empresário Benjamin Steinbruch, do grupo Vichunha, tem na Vale, bem como aprovação pelo conselho de um contrato de R\$ 12 milhões para perfurar poços de água, no Espírito Santo, pela empresa de Eike Batista, filho do idealizador da Vale, Eliezer Batista”, concluiu.

Luiz Estevão acha que o governo pode abreviar o pagamento



## Estevão pede ao governo que pague 28,86% aos servidores

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) conclamou o governo federal a fazer um gesto de consideração em direção aos servidores públicos, abreviando o prazo para pagamento dos atrasados relativos aos 28,86% de aumento, que o Supremo Tribunal Federal reconheceu como direito dos cerca de um milhão de servidores civis, ativos e inativos.

– O governo havia feito provisão para pagar esses atrasados em sete anos, R\$ 1,7 bilhão por ano. Mas apenas um terço dos servidores aceitou o parcelamento, continuando os demais a buscar na Justiça o pagamento integral de uma só vez. Portanto, com o dinheiro já previsto nos orçamentos de 1999 e anos seguintes, o governo pode pagar, em dois anos e meio, o total dos atrasados para os 380 mil servidores que aceitaram o parcelamento – explicou.

Para Estevão, o superávit primário de R\$ 4,2 bilhões que o governo obteve no primeiro trimestre garante as metas previstas no acordo com o FMI. “Assim, não há necessidade de mais cortes ou restrições de despesas. É justo que o governo faça uma antecipação maior para o contingente de servidores que concordaram com o parcelamento”, disse, lembrando que os servidores têm perdido muito poder aquisitivo, ao ficar sem aumento desde 1994.

Em aparte, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) lembrou que o governo recuperou a economia num prazo bem menor do que supunham os mais otimistas. “Falava-se de inflação de 100% em 1999, com taxas de desemprego chegando a 30%. Estamos diante da agradável surpresa de ver essas previsões derrotadas.” Também em aparte, o senador Lauro Campos (PT-DF) concordou com Estevão sobre a necessidade de proteger os servidores públicos.